

Roque Sérgio D'Andréa Ribeiro da Silva

**IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DAS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A  
SEGURIDADE SOCIAL DAS  
FUNDAÇÕES GOVERNAMENTAIS  
E CONSÓRCIOS PÚBLICOS**

---

**ATUALIZADO CONFORME A  
LEI COMPLEMENTAR nº 187/2021**

**3ª EDIÇÃO**

*revista e atualizada*

2023

**Instituto Memória**



CENTRO DE ESTUDOS DA CONTEMPORANEIDADE

Editora &amp; Projetos Culturais

www.institutomemoria.com.br

A presente obra foi aprovada pelo nosso Conselho Científico-Editorial respeitando as diretrizes da Qualis/CAPES, quais sejam, originalidade, relevância, pertinência, embasamento teórico, densidade científica, metodologia e desenvolvimento, inclusive o sistema "double blind review", garantindo a isenção e imparcialidade do corpo de parecerista e a plena autonomia do Conselho Editorial, atestando a excelência da obra que apresentamos à sociedade.

### CONSELHO EDITORIAL

Edson Fachin - Reynaldo Soares da Fonseca - Francisco Rezek - Nefi Cordeiro- Ingo Sarlet - Demetrius Nichele Macei - Sidney Guerra - Flávia Piovesan - Viviane Sellos Knoerr - Valerio Mazzuoli - André de Carvalho Ramos - Wagner Menezes - Felipe Chiarello - Eduardo Arruda Alvim - Nelson Nery Júnior - Ricardo Seitenfus - Carlos Alberto Ramos - Luiz Eduardo Gunther - Luis Alexandre Carta Winter - Octavio Fischer – Marco Antonio Villatore - Augusto Bonner Cochran III (USA) - Andrea Pitasi (Itália) - Fernando Araujo (Portugal) - Sara Petroccia (Itália).

**ISBN: 978-85-5523-539-9**

**SILVA, R.S.D.R. da**

Imunidade tributária das contribuições para a seguridade social das fundações governamentais e consórcios públicos - atualizado conforme a lei complementar nº 187/2021. Roque Sérgio D'Andréa Ribeiro da Silva. Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2023. 3ª edição.

308 p.

1. Direito Tributário 2. Direito Constitucional 3. Direito Empresarial I. Título.

CDD: 340

Revisão final realizada pelo próprio autor

# SUMÁRIO

Nota à 3ª edição .....	11
<b>1 Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>2 Descentralização administrativa: Fundações Governamentais e Consórcios Públicos .....</b>	<b>16</b>
2.1 Fundações Governamentais .....	20
2.2 Sucinto esboço histórico.....	26
2.3 Emenda Constitucional nº 19/98: áreas de atuação das fundações governamentais .....	31
2.4 Características comuns das Fundações Governamentais .....	40
2.4.1 Fundação Governamental Pública .....	42
2.4.2 Regime jurídico financeiro .....	44
2.4.3 Regime de pessoal.....	45
2.4.4 Fundação Governamental Privada .....	47
2.4.4.1 Impossibilidade de haver penhora de bens: regime especial de pagamento .....	49
2.4.4.2 - Contratos de Gestão: parcerias público-público e Lei de Responsabilidade Fiscal.....	53
2.4.4.3 Regime Jurídico Financeiro .....	64
2.4.4.4 Regime de pessoal: a EC nº 19/98 e a estabilidade dos servidores públicos.....	65

<b>3 Consórcios públicos.....</b>	<b>76</b>
3.1 Previsão constitucional.....	76
3.2 Lei nº 11.107/05: características comuns dos consórcios públicos.....	82
3.3 Consórcio público: personalidade jurídica de direito público ..	88
3.3.1 Regime jurídico contábil e financeiro.....	90
3.3.2 Regime de pessoal.....	91
3.4 Consórcio público: personalidade jurídica de direito privado..	93
3.4.1 Regime jurídico contábil e financeiro.....	96
3.4.2 Regime de pessoal.....	97
<b>4 Imunidade constitucional tributária.....</b>	<b>99</b>
4.1 Breve relato da Imunidade Tributária .....	99
4.1.1 A imunidade do art. 195, § 7º, da Lei Maior de 1988 .....	103
4.1.2 Conceito.....	104
4.1.3 Características gerais.....	107
4.2 Classificação.....	113
4.2.1 Classificação da imunidade das contribuições para a seguridade social e aspectos gerais nucleares .....	117
4.3 Interpretação geral e específica .....	125
4.4 Fundamentos legais históricos que justificam a imunidade das contribuições para a seguridade social .....	132
4.4.1 Ações voltadas à assistência social: expressão da regra imunizante.....	138
4.4.2 Imunidades tributárias: assistência social, saúde e educação – construção jurisprudencial .....	144

4.4.3 Assistência social à saúde.....	146
4.4.4 Assistência social à Educação.....	176
4.5 Ações desenvolvidas por Entidades Beneficentes: a sua adequada infraestrutura .....	202
4.5.1 Ausência de capacidade contributiva.....	210
4.6 Art. 195, § 7º da CF/88 e a Lei Regulamentadora .....	216
<b>5 Imunidade tributária das Fundações Governamentais e Consórcios Públicos: a atual Lei Complementar nº 187/21 .....</b>	<b>228</b>
5.1 A contrapartida da imunidade hospedada no art. 195, § 7º da CF/88 em números .....	239
5.2 Alcance da imunidade em relação às contribuições para a seguridade social e isenções tributárias.....	251
5.3 LC nº 187/21 e sua aplicação em Fundações Governamentais e Consórcios Públicos.....	254
<b>6 Regimes de Previdência Social .....</b>	<b>264</b>
6.1 Regime Geral de Previdência Social .....	269
6.2 Regime Próprio de Previdência Social .....	272
<b>7 Conclusões .....</b>	<b>291</b>
Referências.....	295